

RELATÓRIO Nº DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 100, de 2016 (Mensagem nº 583, de 20 de outubro de 2016, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora MARIA LAURA DA ROCHA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Hungria.

RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz da Senhora MARIA LAURA DA ROCHA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Hungria.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* da diplomata.

A Senhora MARIA LAURA DA ROCHA é filha de Arthur Veríssimo da Rocha e de Laura Martins da Rocha e nasceu no Rio de Janeiro em 26 de setembro de 1955.

Iniciou sua carreira diplomática como Terceira-Secretária em 1978, após concluir o Curso de Preparação à Carreira Diplomática no ano anterior. Ascendeu a Segunda-Secretária em 1980; a Primeira-Secretária em 1987, por merecimento; a Conselheira em 1995, por merecimento; a Ministra de Segunda Classe, em 2000; e a Ministra de Primeira Classe, em 2008, por merecimento.

Em 2000, no Instituto Rio Branco, pós-graduou-se no Curso de Altos Estudos, quando defendeu a tese intitulada “Diplomacia, Tecnologia e Defesa: o Itamaraty e a Captação Internacional de Tecnologia Sensível para o Setor Aeroespacial”.

A diplomata, desde o início, vem desempenhando importantes funções em sua profícua carreira. Em 1979, foi Chefe do Serviço de Cadastro e Lotação; no mesmo ano, foi Encarregada do Consulado em Berlim em missão transitória; de 1981 a 1985, serviu na Embaixada em Roma, como Segunda-Secretária; já de 1985 a 1989, serviu na Embaixada em Moscou, como Segunda-Secretária e Primeira-Secretária.

De volta ao Brasil, foi Coordenadora-Executiva, substituta, do Departamento de Administração, entre 1990 e 1991; entre 1991 e 1992, trabalhou na Presidência da República, como Diretora-Geral Adjunta de Administração-Geral; em 1992, ocupou o cargo de Coordenadora-Executiva da Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior. De período de 1992 a 1995 atuou como Primeira-Secretária na Embaixada em Roma, e retornou novamente à Presidência da República, como Coordenadora-Geral de Documentação e Chefe de Gabinete da Secretaria de Assuntos Estratégicos, entre 1995 e 1999. Nesse mesmo ano exerceu o cargo de Chefe de Gabinete do Ministério Extraordinário de Projetos Especiais. Entre 1999 e 2002, foi Chefe de Gabinete e Ministra de Estado Interina do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Entre 2003 e 2008, serviu na Embaixada em Paris como Ministra-Conselheira; em 2008, ocupou o cargo de Secretária na Secretaria de Planejamento Diplomático; de 2008 a 2011, foi Chefe de Gabinete do

Ministro das Relações Exteriores. Entre 2011 e 2014, exerceu o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura e desde 2014 é Representante Permanente do Brasil Junto à Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO).

A diplomata recebeu, em 1995, a Medalha do Mérito Santos Dumont, do Brasil, e a condecoração *Merito della Repubblica Italiana*, no grau de Oficial. Recebeu ainda, do Brasil, as seguintes condecorações: Medalha do Pacificador, em 1996; Ordem do Mérito Aeronáutico no grau de Comendador, em 2001; Ordem do Mérito Científico no grau de Comendador, em 2002; Ordem do Mérito Militar e Ordem do Mérito Naval, ambas no grau de Comendador, em 2002; Ordem do Mérito Aeronáutico e Ordem do Mérito da Defesa, ambas no grau de Grande Oficial, em 2008; e a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco, do Brasil, em 2009. Em 2010, recebeu, da França, a *Ordre National du Mérite*, no grau de Comendador.

Além do *curriculum vitae* da diplomata indicada, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a Hungria, sua política externa e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos um resumo para subsídio aos membros da Comissão em sua sabatina à diplomata.

A Hungria é um país situado na Europa Central. Faz fronteira com a Eslováquia ao norte, Romênia ao leste, Sérvia ao sul, Croácia ao sudoeste, Eslovênia ao oeste, Áustria ao noroeste e Ucrânia ao nordeste. A capital e maior cidade do país é Budapeste. A população, de 9,84 milhões, distribui-se em um território de 93.030 km². Seu Produto Interno Bruto (PIB), calculado em termos de paridade de poder de compra (PPP), em 2015, foi de 258,9 bilhões de dólares, o que lhe propicia PIB per capita de 26,27 mil dólares. Seu índice de desenvolvimento humano está em 0,828, o que coloca o país em 44º lugar no panorama mundial. A expectativa média de vida naquele país está no patamar de 75,2 anos. Estima-se que cerca de mil brasileiros vivam naquele país. Atualmente, a Hungria é uma economia de alta renda e de alto desenvolvimento humano. É parte da Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN (desde 1999) e da União Europeia (desde 2004).

Estabelecidas em 1927, as relações diplomáticas entre Brasil e Hungria foram interrompidas em 1942, quando os dois países se encontravam em campos opostos na 2ª Guerra Mundial, e seriam restabelecidas somente em 21/3/1961, ao amparo da Política Externa Independente levada a cabo pelo Governo Jânio Quadros. A missão diplomática em Budapeste foi reaberta em 1962, em nível de Legação, e elevada à categoria de Embaixada em 1974.

O Brasil foi incluído entre os principais parceiros da Hungria no âmbito da chamada “abertura global” e na recente proposta de “abertura para o sul” da política externa do país, especialmente na área econômico-comercial.

Digna de menção é a cooperação em Educação e Ciência e Tecnologia entre os dois países. Mais de 2.500 estudantes brasileiros escolheram a Hungria como destino no Programa Ciência sem Fronteiras, e, com apoio húngaro, o Rio de Janeiro abrigou o Fórum Mundial de Ciências, em 2014.

O comércio bilateral com a Hungria praticamente dobrou em dez anos. Em 2015, a corrente de comércio Brasil- Hungria totalizou US\$ 656,3 milhões, de acordo com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). O Brasil exporta para a Hungria principalmente couros e peles, blocos e cabeçotes para motores a diesel, café solúvel e fumo. Por sua vez, adquire automóveis, motores para veículos, resinas amínicas e eletrodomésticos. Os dados relativos ao primeiro semestre de 2016 refletiram, contudo, a contração da economia brasileira e deram conta de que o comércio bilateral sofreu redução de mais de 30% em relação ao mesmo período em 2015, passando de US\$ 334,5 milhões para US\$ 228,6 milhões. Observou-se queda significativa das importações brasileiras que somaram US\$ 236,6 milhões, entre janeiro e junho de 2015, e foram reduzidas a US\$ 126,6 milhões no mesmo período de 2016.

A Comissão Econômica Mista foi criada pelo Acordo de Cooperação Econômica Brasil-Hungria de 2006, em vigor desde 2009. A Comissão se reuniu em três ocasiões desde 2012, a última em abril de 2015, em Brasília.

Sobre a política externa, a Hungria, para que pudesse se liberar do que considera uma excessiva dependência comercial e política da União Europeia e dos Estados Unidos, passou a adotar como estratégia a expansão do relacionamento com parceiros de outras regiões, ao conferir maior atenção aos países do oriente e do sul globais. Nesse sentido, a chamada “Abertura para o Leste”, lançada em fins de 2011, buscou privilegiar o relacionamento da Hungria com os países da Ásia, do Oriente Médio e do norte da África, mas foi afetada por dois motivos: o atual cenário geopolítico adverso nos países médio-orientais e norte-africanos e as dificuldades econômicas enfrentadas por países asiáticos.

É bem verdade que, tendo-se dado conta de que esta última iniciativa deixava de fora duas áreas importantes do mundo – a América Latina e a África Subsaariana – em seguida procurou “corrigir” a falha. Desde o início de 2015, então, decidiu pelo aumento de atenção à América Latina e o Caribe, por meio da criação de política específica para a região intitulada “Abertura para o Sul”. É nesse contexto que esse relacionamento diplomático pode adquirir mais importância e merece maior atenção.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste Relatório.

Sala da Comissão, 01 de dezembro de 2016

Senador Aloysio Nunes Ferreira, Presidente

Senador Cristovam Buarque, Relator